

Politética da Psicanálise: não há ética sem política

Maurício Eugênio Maliska

Maiêutica Florianópolis – Instituição psicanalítica

Uma ideia que podemos depreender do Seminário sobre a Ética é que Lacan está em busca de uma ética da psicanálise, o que não é o mesmo que dizer uma ética para a psicanálise e tão pouco a ética na psicanálise. Nos parece que dizer uma ética da psicanálise implica em se perguntar: qual é a ética da psicanálise? Para isso, o autor faz um percurso que inicia com a ideia do bem ou do soberano bem em Aristóteles (2021), na medida em que este trata o bem como uma virtude em sua *Ética à Nicômaco*. Essa busca pela ética leva Lacan a se perguntar sobre a busca pelo bem, esse elemento tão procurado e não encontrado. Em um texto que dialoga com o *Seminário 7, Kant com Sade*, Lacan (1998) se apoia em Kant para mostrar que o *das Gute* (o Bem) é esse elemento que orientaria o movimento da sociedade em que o sujeito vai em direção ao bem. A perspectiva kantiana aponta para o bem como um valor universal, isento de qualquer objeto, pois para Kant o objeto está ligado ao patológico e o bem estaria acima disso. Essa busca pelo bem, seja em Kant como imperativo categórico, seja em Aristóteles através do soberano bem, almejado como virtude, conduz Lacan a retomar o *das Ding* freudiano como a coisa procurada é encontrada sem ser alcançada.

Das Ding entra no *Seminário 7* como esse elemento em que a coisa é o inominável, aquilo que não se sabe bem o que é e que a busca pela coisa se faz pela própria procura e não pelo o que é de fato encontrado, uma vez que nunca se encontra. Lacan irá dizer que o *das Ding* é outra coisa, não é um significante (representante da representação), é a coisa no nível inconsciente. “A coisa de fato não é nada” (Safouan, 2006, p. 114). Vladimir Safatle (2006, p. 155) salienta que para Lacan o *das Gute* kantiano e o *das Ding* freudiano são categorias simétricas, ou seja, em Kant, o bem procurado nunca é alcançado, em Lacan, a coisa é algo que se procura sem nunca encontrar. Para Safatle (2006, p. 155), Lacan promoveu certa

substituição da noção de *das Ding* para o objeto *a* mantendo essa característica de inalcançável, essa noção de um objeto inapreensível. Como diz Moustapha Safouan (2006, p. 114): “o que o homem busca é o que ele encontra sem alcançar”.

Se o *das Gute* em Kant é o bem como um dever, ele se situa no campo das normas, no campo da moral, da obrigação prescritiva e normativa, tal como um imperativo categórico. A ética que Lacan tenta desenvolver ao longo do *Seminário 7* é uma ética do devir, o devir enquanto mudança, enquanto um transformar-se... É isso que Lacan aponta com o aforisma freudiano: “*Wo es war, soll ich werden* / Ali onde isso estava, eu devo advir”, então, onde isso estava, eu enquanto sujeito do inconsciente, não enquanto ego – esse elemento imaginário, mas como esse sujeito, devo advir ali onde isso estava. O advir está ligada com a constituição do sujeito na medida em que ali advém um sujeito, mas também com o efeito da análise, porque o que se espera na análise é que o sujeito possa advir, possa tornar-se alguma outra coisa diferente do “*Tu és...*” que lhe constitui enquanto um significante mestre. Esse significante mestre que subordina o sujeito e o coloca em posição de escravo, em posição de obediência em que o dever toma conta, pois o dever está correlacionado ao mando, ao imperativo, a este mestre hegeliano que em sua etimologia remonta ao *dominus*, um mestre que escraviza o sujeito e este se faz escravizar pelo mestre. Algo bem diferente é o mestre na concepção aristotélica, em que a mestria está ligada ao *magister*, ou seja, esse mestre que articula um saber e o transmite, por isso mesmo esse termo dá origem a palavras como magistério. Trata-se de um mestre, mas não aquele que escraviza e dita obrigações, mas aquele que consegue articular um saber, transmiti-lo, produzir alguma mobilização do desejo no sujeito.

A análise, então, é a possibilidade de se libertar do mestre dominador e poder reconhecer um outro mestre, aquele que ensina, que se articula com o saber, aquele que dá possibilidades do sujeito avançar ao seu modo e ao seu tempo. Dentre outras coisas, a análise é a possibilidade de sair do elemento patológico da dor, esse que Lacan (1998, p. 785) aponta como fisiologicamente maior que o prazer, algo que os nossos poetas brasileiros Tom Jobim & Vinicius de Moraes já sabiam e puderam cantar na canção da *Felicidade*: “Tristeza não tem fim, felicidade sim...”. A análise é a

possibilidade de inverter essa equação, não exatamente fazer que a felicidade não tenha fim e a tristeza sim, mas poder fazer com que o homem busque em seu fim, a felicidade, como pontuou Lacan (1997, p. 23) no *Seminário 7*. Não se trata exatamente de uma felicidade ingênua ou romantizada, mas a felicidade na sua relação com a *Tykhe*, com esse encontro com o real, aquilo que através da análise pode gerar o efeito de um bom encontro. Um *bonheur* (felicidade), como se diz em francês, lembrando que esse termo vem de *bonne heure* (boa hora). Ou seja, a felicidade é um encontro com a *Tykhe*, um encontro com a deusa de fortuna, do acaso, um bom encontro, inesperado, aí está a felicidade. Não seria um dos efeitos da análise, o sujeito poder se entregar mais facilmente a essa *Tykhe*, a esses encontros não programados, inusitados, em que algo do real pode trazer certa felicidade? Não seria esse um efeito feliz da análise, o neurótico poder sair de suas programações obsessivas para encontrar o acaso do real e isso produzir felicidade? Parece que isso também poderia colocar em movimento uma outra relação com o gozo, diferente daquela postura reivindicatória do direito ao gozo, o sujeito pode se dar conta que o campo do direito à alguma coisa já é o campo do gozo. Poderia a análise modificar essa reivindicação por direitos e fazer com que o gozo possa se associar à alguma outra coisa mais produtiva na vida do sujeito?

A ética da psicanálise, presente nesses efeitos de análise, somente poderá produzir esses efeitos de felicidade, por exemplo, se se constituir em torno de um vazio, o vazio do vaso que é feito com um buraco. E o vaso é a coisa, esse buraco que instala o vazio. A ética é a arte do fazer analítico, um fazer que implica poder lidar com o vazio sem se angustiar, poder articular algo nesse vazio para além do gozo, alguma coisa que toque no próprio desejo. Para Lacan, a dimensão do bem constitui uma muralha poderosa na via de nosso desejo, de modo que é necessário romper a muralha para aceder ao desejo. Por isso mesmo Lacan vai dizer que a ética da psicanálise está para além do bem, é uma ética do desejo.

Antígona aparece como essa personagem que não cede ao seu desejo, como aquela que enfrenta os governantes da cidade, completamente destemida como um ser para a morte, em que a heroína desponta por não ter cedido ao seu desejo, pois “a

única coisa da qual se pode ser culpado é de ter cedido de seu desejo”, diz Lacan (1997, p. 385).

Se concluímos com Lacan que a ética da psicanálise é a ética do desejo, temos aí uma ética da falta, em que a castração é tomada como elemento central. No centro dessa ética há uma falta que mobiliza o sujeito. A ética do desejo não quer dizer que o sujeito pode fazer o que quiser, mas que possa fazer aquilo que não quer, aquilo que evita a todo custo, que é o encontro com sua própria falta. Uma falta se instaura porque há uma interdição do bem soberano que é a mãe.

Dizer que a ética é um princípio é algo totalmente diferente da moral como um conjunto de normas de condutas ou código. A moral se instala no dever, na fiscalização, na obrigação prescritiva e normativa. A moral está nos alicerces de um imperativo categórico articulado com a culpa. Já a ética é um princípio, a ética do desejo é, como vimos, um devir, um tornar-se em que não há prescrição, normalização, roteiro, mas uma transformação que se passa no coração da análise.

Sendo a ética um princípio, muito além do *Ethos*, é também ela esse elemento intangível, impraticável no exercício da psicanálise, pois a ética da psicanálise não se restringe a um manual de normas e condutas ou os códigos de ética com uma centena de regras. A ética da psicanálise está situada no impossível dessa prática, lembrando das três práticas que Freud considerou impossíveis: educar, governar, psicanalisar. Há um impossível da prática e da ética psicanalítica, logo a ética estaria situada num registro real da experiência psíquica, pois ela se mostra inacessível, impossível como é a característica fundamental do real.

Se a ética, na prática, é um impossível, apenas podemos fazer esse possível pelo ato, neste sentido o ato analítico é um ato político na medida em que possui efeitos sobre aquele que fala e para quem ele fala. O ato analítico é político por engendrar um efeito de um sobre o outro, dessa forma, é apenas na dimensão do ato que a ética pode ser pega, ainda que seja por pontas de um real que não se deixa simbolizar. O ato analítico e político é a única possibilidade de um exercício ético, em que a ética é almejada sem nunca ser alcançada. Mas se a ética, ela própria, não é alcançada, o ato analítico / político é a forma desse exercício ético, na medida em que

ele produz um efeito sobre o sujeito e o outro, e esse efeito sobre o outro é um efeito político, pois está na relação, está também na *polis*, mediando as relações com a cidade, com os interlocutores, com os cenários e os personagens etc.

Dessa forma, a ética somente pode ser alcançada pela política, pois a política é a possibilidade de materialização da ética, por isso mesmo nomeamos nosso texto de *Política da Psicanálise*, ou seja, não há ética sem política, e esta é a possibilidade daquela. A política é o fazer, é a materialização dessa abstração chamada ética. Para a psicanálise também podemos considerar que não há clínica sem ética, uma ética do bem dizer, que não é o mesmo que dizer o bem, mas de um bem dizer que se concretiza em ato, é a palavra em ato. Se o desejo do analista não é nada mais que sua interpretação, como afirmou Lacan (1997, p. 10), da mesma forma, podemos dizer que a ética não é mais que o ato analítico / político, portanto um ato *anapolítico*. O ato marca o lugar em que a ética se realiza, uma ética da escolha, do bem dizer, da posição do analista.

É isso que faz da psicanálise ser uma ética sem obrigação. A psicanálise apontou algo para além do sentimento de obrigação e da onipotência da culpa. Trata-se então de uma ética em que a escolha se faz como elemento principal do desejo. Escolha essa que anos mais tarde Lacan (2007) irá pontuar como *Haeresis*, ou seja, a boa escolha, que não é qualquer escolha. Nesse ponto, a escolha é um ato político, que não é simplesmente uma opção escolhida entre tantas outras, mas a única possível de acordo com o desejo que habita o sujeito.

Referências

Aristóteles. *Ética à Nicômaco*. Jandira-SP: Principis, 2021.

Lacan, J. *O Seminário, livro 7: a ética da psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997.

Lacan, J. Kant com Sade. In: *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.

Lacan, J. *O Seminário, livro 23: o Sinthoma*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2007.

Safatle, V. *A paixão do negativo*: Lacan e a dialética. São Paulo; Editora Unesp, 2006.

Safouan, M. *Lacaniana I*: os seminários de Jacques Lacan 1953-1963. Rio de Janeiro: Cia de Freud, 2006.